

Emplacamentos de veículos crescem 4,13%

comparação a janeiro de 2026. Segundo a federação, a alta se deve principalmente aos emplacamentos de automóveis e comerciais leves, que cresceram 8,82% no mês, além de implementos rodoviários, com aumento de 15,3% na comparação com janeiro. **PÁGINA 2**

FAO

Lula faz apelo à paz, condena 'armamentismo' e critica ONU

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um apelo, ontem, para que líderes globais busquem a paz em meio ao cenário recente de guerras e que priorizem o combate à fome no lugar de gastos com armamentos. “Se pegássemos o dinheiro que foi gasto, no ano passado, em armamentos, em conflitos – o equivalente a US\$ 2,7 trilhões – e dividíssemos entre os 630 milhões de seres humanos que, no planeta, passam fome,

daria pra ter distribuído US\$ 4.285 para cada pessoa. Vocês percebem que não precisaria ter fome no mundo se houvesse o bom senso dos governantes?”, disse o presidente. Durante a abertura da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe, Lula destacou que a região é “a única zona de paz no mundo”. **PÁGINA 6**

FRAUDES FINANCEIRAS

Banqueiro Daniel Vorcaro é preso pela PF

A Justiça Federal em São Paulo manteve ontem a prisão do banqueiro e empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, e determinou que ele seja encaminhado diretamente ao sistema prisional estadual. Depois de ter sido preso pela manhã e encaminhado à sede

da superintendência da Polícia Federal em São Paulo, na capital paulista, Vorcaro e seu cunhado, Fabiano Zettel, passaram por uma audiência de custódia na Justiça Federal. Eles deixaram a Superintendência da Polícia Federal em uma viatura, por volta das 14h. **PÁGINA 7**

Lula pede que patrões e empregados negociem

PÁGINA 5

PÁGINA 3



DIVULGAÇÃO

Aliado de Vorcaro, Sicário tentou se matar na cadeia da PF e está em estado grave

O investigado Luiz Phillipi Mourão, conhecido como Sicário, preso na terceira fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), está sob investigação de morte cerebral na noite desta quarta-feira, em Belo Horizonte. De acordo com as investigações, Luiz Phillipi Mourão atuava como ajudante do banqueiro Daniel Vorcara **(foto)**, que também foi preso ontem. “Sicário”, como era chamado pelo empresário, seria responsável pelo monitoramento e obtenção de informações sigilosas de pessoas consideradas adversárias dos interesses do banqueiro. **PÁGINA 7**

[illegible]

MERCADOS



Bovespa reage e sobe 1,24%, de volta aos 185 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Reagindo à melhora observada em Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ganhou ritmo à tarde e retomou em fechamento o nível de 185 mil pontos, com recuperação disseminada por algumas das ações que haviam estado entre as mais punidas pela aversão a risco do dia anterior, em especial as do setor financeiro. Na sessão, oscilou entre mínima de 183.110,02 e máxima de 186.306,18 pontos, encerrando em alta de 1,24%, aos 185.366,44 pontos. O giro de ontem ficou em R\$ 27,3 bilhões, após ter sido muito reforçado no dia anterior, a R\$ 46,8 bilhões, quando o Ibovespa (Índice Bovespa) registrou sua maior perda em percentual desde o "Flávio Day", em 5 de dezembro passado. Na semana e no mês, o índice ainda recua 1,81%. No ano, sobe 15,04%.

Entre as ações de maior peso no Ibovespa, Vale (ON - 0,46%) e Petrobras (ON -0,72%, PN -1,10%) - que ainda sobe na semana -, destoaram nesta quarta-feira, 4, apesar da virada do petróleo à tarde, do negativo ao positivo em Londres e Nova York, embora com fechamento estável. Entre os bancos, a recuperação do dia chegou a 4,14% em BTG Unit, com Itaú PN em alta de 1,42% e Santander Unit, de 2,2%. Bradesco ON e PN, pela ordem, avançaram 1,09% e 1,44%.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Pão de Açúcar (+14,67%), Braskem (+13,72%) e Magazine Luiza (+5,89%). No lado oposto, além das duas ações de Petrobras, destaque

também para Raízen (-13,04%), Assaí (-3,35%) e Suzano (-1,34%). Em Nova York, Dow Jones (+0,49%), S&P 500 (+0,78%) e Nasdaq (+1,29%).

DÓLAR

Após arrancada nos dois últimos pregões, em que acumulou valorização de 2,56%, o dólar encerrou a sessão de ontem em queda de 0,89%, a R\$ 5,2182, com mínima de R\$ 5,1941. A moeda americana recuou na comparação com divisas fortes e emergentes, em dia marcado por recuperação de ativos de risco na esteira da diminuição dos temores de um conflito mais amplo e duradouro no Oriente Médio.

Na terça-feira, o dólar à vista chegou a superar R\$ 5,30 ao longo do pregão e terminou o dia no maior valor de fechamento desde 26 de janeiro (R\$ 5,2797). A divisa acumula alta de 1,64% neste início de março, após queda de 2,16% em fevereiro. No ano, a moeda americana perde 4,93% em relação ao real, que ainda apresenta no período o melhor desempenho entre as divisas emergentes mais líquidas.

À tarde, o BC informou que o fluxo cambial em fevereiro foi positivo em US\$ 5,429 bilhões, com entrada líquida de US\$ 2,906 bilhões pelo canal financeiro, que abrange os investimentos em carteira, como renda fixa e bolsa. No ano, o saldo total é positivo em US\$ 10,496 bilhões, com aporte líquido de US\$ 9,128 bilhões pelo canal financeiro. Em igual período de 2025, o fluxo cambial total foi negativo em US\$ 7,5 bilhões.

MONTADORA

Volks prega equilíbrio e mostra cautela sobre expandir produção

EDUARDO LAGUNA/AE

Com todas as fábricas operando a plena capacidade, o comando da Volkswagen no Brasil demonstra cautela em relação à ideia de expandir a produção, dado o ambiente de incertezas econômicas e de concorrência crescente dos carros chineses.

No ano passado, as vendas da montadora no Brasil tiveram crescimento de 9% - três vezes mais do que o resultado de toda a indústria -, enquanto as exportações subiram 29%. A produção teve alta de 17%, para 538,7 mil carros.

Ontem, durante a apresentação desses números a jornalistas, o presidente e CEO da Volkswagen no Brasil, Ciro Possobom, disse que só não vendeu mais porque não foi possível produzir mais automóveis. Isso não deve ser lido, porém, como uma indicação de que a montadora está disposta a abrir novos turnos de produção.

A Volks, como explicou Possobom, obteve um de seus melhores resultados financeiros no País reduzindo estoques nas concessionárias ao menor nível possível. Sem ex-

cesso de automóveis nos pátios, não precisou queimar margens em vendas fechadas a clientes frotistas, como locadoras de automóveis, com descontos fora do comum.

Assim, a empresa não quer mexer no equilíbrio entre volume e rentabilidade que trouxe mais lucro nos últimos anos. Segundo Possobom, é preciso estar muito seguro de que a economia brasileira vai crescer para expandir a produção.

Essa convicção, entretanto, torna-se mais difícil frente a incertezas em um País que se aproxima das eleições, o que significa indefinição política, com juros, como classificou o CEO, "extremamente altos" prejudicando setores dependentes de crédito.

Fora isso, acrescentou, existe a questão sobre até onde vão as marcas chinesas. Ainda que não tenham sido renovadas as cotas que permitiam trazer sem imposto de importação carros híbridos e elétricos cuja produção é finalizada em fábricas no Brasil, Possobom frisou que a pressão por novos benefícios continua. "Se continuar dando isenções, também não ajuda o negócio", disse o executivo.

FENABRAVE

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O número de emplacements de veículos novos no Brasil cresceu 4,13% no mês de fevereiro, comparado ao mesmo mês de 2025, segundo balanço divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que representa as concessionárias.

O montante inclui diversos tipos de veículos, como comerciais leves, automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários, como reboques e carrocerias.

O total de veículos novos vendidos foi de 374.931, o que também representa aumento de 2,25% em comparação a janeiro de 2026.

Segundo a federação, a alta se deve principalmente aos emplacements de automóveis e comerciais leves, que cresceram 8,82% no mês, além de implementos rodoviários, com aumento de 15,3% na comparação com janeiro.

CARRO SUSTENTÁVEL
Um dos responsáveis pelo

CONSUMIDOR

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O impacto da guerra no Oriente Médio nos preços pagos pelo consumidor brasileiro por combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina e o diesel, pode demorar a chegar. A avaliação é do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Roberto Ardenghy (**foto divulgação**).

O petróleo teve forte alta nos últimos dias, desde o início dos ataques de Israel e dos Estados Unidos ao Irã, no último sábado, e das retaliações do país persa contra Tel Aviv e bases americanas em diversos países produtores de petróleo na região.

O porta-voz do instituto que representa a indústria petrolífera no Brasil explicou que toda refinaria mantém um estoque de petróleo, e que esse é um dos motivos para que a mudança não aconteça da noite para o dia.

Entretanto, se o petróleo permanecer em um patamar alto, pouco a pouco, as refinarias vão começar a comprar o produto mais caro.

"Na medida em que esse petróleo mais caro chegar às refinarias, elas também, com um certo tempo, tenderão a transferir esse preço para os seus contratos novos, porque nos contratos já firmados, elas garantem o preço anterior".

"É um processo longo, que pode durar até seis meses para acontecer. Não haverá nenhuma mudança de patamar de preço a curto prazo, inclusive, para o consumidor brasileiro", afirmou Roberto Ardenghy à Agência Brasil.

O presidente apontou que a incerteza que paira no mercado global sobre o futuro do conflito é um dos motivos que pode retardar o impacto nos preços pa-

impulso nas vendas dos automóveis e comerciais leves é o programa Carro Sustentável, do governo federal, lançado em meados do ano passado.

A iniciativa reduziu as alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros mais leves, econômicos e movidos a energia limpa.

Segundo o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior, os emplacements dos modelos incluídos nessa categoria cresceram em quase 25% por causa do programa.

De acordo com a Fenabrave, os modelos que fazem parte do programa somaram 301.977 emplacements entre julho de 2025 e fevereiro deste ano, contra 241.906 unidades do mesmo tipo emplacadas em período igualmente anterior, quando não havia o programa.

CAMINHÕES
Considerando-se apenas o emplacemento de automóveis, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus, foram comercializadas 185.150 unidades em fevereiro, o que representou au-

mento de 0,12% em relação a fevereiro do ano passado, e de 8,57% em relação a janeiro.

Um dos destaques entre esses veículos foi o segmento de caminhões, que começou a demonstrar um sinal de recuperação principalmente pelo impacto do Move Brasil, programa criado em janeiro deste ano e que oferece crédito para a compra de caminhões.

Na comparação mensal, o segmento apresentou aumento de 3,73%, embora ainda acumule retração de 24,15% na comparação anual.

O presidente da Fenabrave explica que o transporte de cargas é historicamente mais sensível às condições macroeconômicas, como a disponibilidade de crédito.

"A decisão de investimento nesse segmento depende diretamente do custo do crédito e das expectativas em relação à atividade econômica, além de iniciativas de estímulo às vendas, como o programa Move Brasil", analisa Arcelio Junior.

O Move Brasil deve disponibilizar R\$ 10 bilhões em créditos,

sendo que, até o momento, foram contratados R\$ 4,2 bilhões.

MOTOS

O segmento de motos, por sua vez, continua sendo o grande motor do mercado automotivo em 2026, com crescimento de 9,97% em relação a fevereiro do ano passado.

"A motocicleta continua sendo uma solução eficiente de mobilidade individual e para serviços de transporte, que cresceu desde a pandemia. Ela também tem sido considerada como segundo veículo da família", comenta o presidente da Fenabrave.

PROJEÇÕES
Para 2026, a Fenabrave disse esperar um crescimento do setor como um todo em torno de 6,10%, puxado principalmente pela venda de novas motocicletas, que deve crescer 10% neste ano.

Já para os automóveis e comerciais leves, a expectativa é de crescimento em torno de 3%, com um total de 2,62 milhões de unidades comercializadas.

Impacto da guerra no preço do combustível pode demorar

gos pelos consumidores.

"Altos patamares do preço do petróleo dependem da continuidade ou não do conflito armado, do bloqueio do Estreito de Ormuz, da disseminação do conflito para outros países do Oriente Médio. Então, ainda não se tem segurança de que isso vai acontecer", explicou.

Ardenghy acrescentou que o mercado do petróleo opera com projeções de longo prazo em contratos, que têm que ser honrados. É preciso considerar também, afirma ele, que alguns países têm estoques estratégicos importantes, que certamente serão usados nesta situação de crise.

ESTREITO DE ORMUZ
Sobre o bloqueio do Estreito de Ormuz, passagem da maior parte do petróleo exportado por países do Oriente Médio, Roberto Ardenghy pondera que o fechamento não interrompe todo o fluxo do óleo extraído na região, porque há rotas alternativas.

Porta de saída do Golfo Pérsico, o estreito fica na costa do Irã, que determinou seu bloqueio em resposta aos ataques dos Estados Unidos e de Israel. O presidente do IBP cita que o Iraque, por exemplo, pode bombear petróleo por meio da Turquia.

Já a Arábia Saudita tem oleodutos que podem levar suas exportações para o Mar Vermelho, alcançando os mercados por outra rota logística. O mesmo vale para os Emirados Árabes Unidos, e até mesmo o próprio Irã pode encontrar outra via para escoar parte de sua produção.

"Há algumas alternativas, não para garantir todo aquele volume que passa no Estreito de Ormuz, mas, pelo menos, para uma parcela importante. Portanto, não haverá mudança de patamar de preço de modo estável, no mínimo, pelos próximos



DIVULGAÇÃO

60 a 90 dias", avaliou.

BRASIL NO MERCADO
O presidente do IBP destacou que o Brasil já é um importante produtor de petróleo, com uma produção que atingiu 3,8 milhões de barris por dia em 2025, enquanto a exportação chegou a 1,7 milhão de barris.

"Há perspectivas, inclusive, de que aumentemos, ainda mais, a nossa produção nos próximos anos. Se a gente conseguir encontrar petróleo na Margem Equatorial, na Bacia de Pelotas e em outras áreas no Brasil, a nossa participação pode ser ainda mais relevante", apontou.

Diante desse desempenho, Ardenghy estimou que o Brasil tem condição de suprir uma quantidade de petróleo para o mercado internacional.

"Somos atores importantes e podemos inclusive contribuir com essa falta de petróleo ou essa escassez que venha do Oriente Médio e compensar com a nossa produção atual e a futura. Hoje, o Brasil já é um produtor relevante. Somos o nono maior

produtor e o nono maior exportador mundial de petróleo", pontuou.

O executivo acredita que, a partir do que ocorre atualmente no Oriente Médio, ocorrerá o que o setor chama de reorientação dos fluxos globais de comércio de petróleo e gás natural.

"Os países muito dependentes do Oriente Médio, mesmo que as coisas se acalmem por lá, vão procurar diversificar as suas fontes de suprimento. Especialmente, os países da Ásia, como o Japão, a Coreia, a China e a Índia, países que hoje dependem muito do petróleo que passa pelo Estreito de Ormuz", destacou.

"Mesmo que a situação no Oriente Médio se normalize, a gente não sabe se, em médio ou longo prazo, essa situação de normalidade vai continuar ou se vamos ter um outro conflito, inclusive militar", completou.

É nesse cenário que o presidente do IBP vê espaço para o Brasil evoluir no mercado de petróleo e gás.

"Somos um produtor confiável de petróleo, temos a presença, no Brasil, de grandes empresas internacionais, a presença também da Petrobras como uma empresa com muita experiência na produção e na exportação de petróleo", indicou.

Na visão dele, isso só ressalta a necessidade de o Brasil manter a atividade petrolífera, a pesquisa geológica, a perfuração na Margem Equatorial e em outras áreas do país.

"Para que a gente possa, primeiro, ter segurança energética nas próximas décadas, mantendo a nossa economia livre dessas tensões globais que afetam o petróleo. E também ter um excesso de petróleo, para que a gente possa exportar para outros mercados, gerando divisas para o Brasil", relatou.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE

FIM DA ESCALA 6X1

Lula propõe negociação entre patrões, empregados e governo

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) propôs, na noite desta terça-feira, que a proposta de lei para o fim da escala 6x1 seja construída, em conjunto, por empregados, patrões e o governo. A declaração de Lula ocorreu na abertura da Segunda Conferência do Trabalho, que ocorre na capital paulista até hoje, no Anhembi. Segundo o presidente, para os trabalhadores, será mais vantajoso realizar um acordo com a classe empresarial antes de o Congresso apreciar o tema. “É melhor vocês construírem negociando do que vocês terem que engolir uma coisa aberta (vinda do Congresso), e depois ter de recorrer à Justiça do Tra-

balho”, disse. “Tanto será melhor para nós se o que sair for o resultado de um acordo entre os empresários, os trabalhadores e o governo”, acrescentou. O presidente disse ainda que o governo não irá “pender para um lado” nas discussões. “Não iremos prejudicar os trabalhadores. E também não queremos contribuir com o prejuízo da economia brasileira. Nós queremos contribuir para, de forma bem pensada, bem harmonizada, encontrar uma solução”, disse. O encontro, no Anhembi, visa, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecer diretrizes para a promoção do trabalho decente no Brasil e fortalecer o diálogo social e a construção coletiva de políticas públicas.

RICARDO STUCKERT/PR



ALUMÍNIO

CBA tem prejuízo líquido de R\$ 164 milhões no 4º trimestre

TALITA NASCIMENTO/AE

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) reportou prejuízo líquido de R\$ 164 milhões no quarto trimestre de 2025, com alta de 193% sobre o prejuízo apresentado um ano antes. O Ebitda ajustado, por sua vez, foi de R\$ 257 milhões no período, uma queda de 47% na mesma base de comparação. Já a receita líquida, somou R\$ 2,2 bilhões, com queda de 4%. A companhia avalia que o resultado contábil de prejuízo foi influenciado por efeitos contábeis relacionados aos contratos futuros de energia e instrumentos de proteção financeira das exportações, sem impacto imediato na caixa. Além disso, a leitura da empresa é de que, ao longo do ano, a operação da empresa tem andado de forma ascendente, após problemas de operação na pro-

dução de alumina. "Temos tido um processo de recuperação muito bom, de acordo com aquilo que já vínhamos comunicando ao mercado. Hoje estamos em uma situação muito melhor do que estávamos quando tivemos a crise no ano passado", afirmou o CEO da companhia, Luciano Alves. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o Ebitda ajustado teve alta de 10%. O preço médio do alumínio na London Metal Exchange (LME) foi de US\$ 2.827 por tonelada no quarto trimestre, avanço de 10% na comparação anual e 8% frente ao terceiro trimestre. O movimento acompanhou o cenário internacional de corte de juros nos Estados Unidos e maior demanda por commodities. Alves considera que o patamar de preço atual é "bastante saudável para a indústria". O volume total de vendas de

alumínio no trimestre foi de 128 mil toneladas, crescimento de 2% na comparação anual e com leve retração de 3% em comparação ao trimestre anterior, refletindo a sazonalidade do período. O desempenho foi sustentado principalmente pelo segmento de alumínio primário, que apresentou alta de 8% em relação ao mesmo período do ano passado e somou 71 mil toneladas, resultado de maior venda de lingote P1020. Em transformados, o volume de vendas totalizou 32 mil toneladas, uma queda de 8% em relação ao mesmo período do ano passado e redução de 6% em relação ao terceiro trimestre de 2025. A desaceleração segue o ritmo mais moderado de consumo industrial no final do ano, mas o segmento manteve estabilidade anual. Em reciclagem, o trimestre foi encerrado com 25 mil toneladas vendidas, ligeira expansão de 2%

em relação ao mesmo período do ano anterior, porém com recuo de 4% em relação ao terceiro trimestre de 2025. O movimento trimestral sugere uma acomodação da demanda, ainda influenciada pelo comportamento do setor de autoconstrução e pelo ambiente de crédito mais restrito. Em relação ao endividamento da companhia, que terminou o quarto trimestre de 2025 em R\$ 3,2 bilhões, com alavancagem de 2,97 vezes, a CFO da companhia, Camila Abel, diz que o montante de dívida ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior e que a alavancagem deve ser reduzida ao longo deste ano, conforme o Ebitda operar em um patamar normalizado. Já o resultado financeiro líquido ficou em R\$ 153 milhões negativos, apresentando uma melhora de R\$ 264 milhões ante o quarto trimestre de 2024.

LEILÃO DE RESERVA

TCU pede urgência para MME sobre preços-teto

RENAN MONTEIRO/AE

A área técnica responsável pelo setor elétrico no Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou a fixação de um prazo de cinco dias, em caráter de urgência, para o Ministério de Minas e Energia (MME) responder sobre a fundamentação técnica que levou aos cálculos dos preços-teto do próximo leilão de reserva de capacidade. O certa-

mente será realizado este mês, em duas sessões. Embora não sejam apontadas ilegalidades, os técnicos falam em riscos e sugerem eventual falta de fundamentação técnica para os valores da contratação. O parecer menciona que esse leilão tem estimativas de dispêndios anuais que podem variar entre aproximadamente R\$ 19 bilhões e R\$ 51 bilhões. Isso representa montantes acumulados da

ordem de R\$ 190 bilhões a R\$ 510 bilhões ao longo de um horizonte contratual de dez anos. "Trata-se de valores capazes de produzir impacto tarifário relevante, estimado pelo mercado em cerca de 5% nas contas de energia elétrica dos consumidores, a depender do montante de demanda a ser contratado, ainda não oficialmente divulgado", avalia o documento. O despacho foi enviado

ontem para pronunciamento do ministro Jorge Oliveira, relator do processo que trata de indícios de irregularidade na decisão do MME sobre o aumento nos preços-teto. Em fevereiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou os editais dos leilões de reserva de capacidade com preços-teto revisados entre R\$ 1,4 mi a R\$ 2,9 milhões por megawatt-ano para o primeiro edital.

FAZENDA

Conselho reduz em R\$ 1,25 trilhão o risco fiscal da União

FLÁVIA SAID/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a atuação do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais conseguiu reduzir em R\$ 1,25 trilhão o volume estimado de riscos fiscais judiciais da União. O conselho foi criado por decreto em 2023 e é integrado por representantes da própria AGU, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento. O balanço dos três anos de funcionamento foi apresentado nesta quarta-feira, 4, durante reunião na sede da Fazenda, com a presença dos ministros das três pastas - Jorge Messias, Fernando Hadad e Simone Tebet. O resultado positivo vem do aumento do número de vitórias para a União em processos relevantes no Judiciário, disse a AGU. Na reunião, também foi discutida uma agenda de ações para combate à litigância predatória, caracterizada

pelo ajuizamento massivo e abusivo de ações judiciais. As ações serão realizadas nos âmbitos judicial e legislativo. Os riscos fiscais judiciais são caracterizados pela possibilidade da ocorrência de decisão judicial capaz de afetar as contas públicas, por meio do acréscimo de despesas ou do decréscimo de receitas, comprometendo os resultados fiscais e podendo prejudicar o alcance das metas e objetivos fiscais. A variação do valor ao longo dos anos incorpora, portanto, a dinâmica de ingresso de novos processos, exclusão de processos já julgados e reavaliações da estimativa de impacto financeiro e risco de perda durante o curso das ações judiciais. "Dessa forma, o montante total da estimativa de impacto financeiro é um indicador da exposição da União ao risco de perdas financeiras decorrentes de ações judiciais em que é ré. A série histórica demonstra que a exposição da União a esse tipo de risco vem em consistente declínio", completou a AGU.

Nota

IBAMA NEGA TER EMITIDO LICENÇA PARA OPERAÇÃO DE TRECHO DA EFC DA VALE EM TERRA INDÍGENA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) esclareceu que não emitiu licença de operação para a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) no trecho que corta a Terra Indígena (TI) Mãe Maria, no sudeste do Pará. O funcionamento da segunda linha férrea da EFC é contestado pelo Ministério Público Federal, que na última sexta-feira, foi à Justiça pedindo a imediata suspensão de seu funcionamento. A Vale usa a EFC para escoar milhões de toneladas de minério produzido no Pará. Procurada, informou que ainda não foi intimada da ação e que "prestará os esclarecimentos necessários ao juízo competente". Por sua vez, o Ibama, em comunicado, afirma que está avaliando as informações apresentadas e tomará as providências necessárias, no âmbito de suas atribuições.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas da **FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 13 de março de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a alteração do *caput* do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do capital autorizado; (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a eleição de novo membro do Conselho de Administração. Rio de Janeiro/RJ, 05 de março de 2026. **Samy Botsman** - Presidente do Conselho de Administração.

CCN – CENTRO DE CONVENÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 06.149.097/0001-85 - NIRE 33208073041
Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 04/03/2026
Dia 04/03/2026, às 09h, na sede social no Rio de Janeiro, RJ. **Presenças:** totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Newton Simões Filho; Secretário: Paulo Rogério Costa Ferreira. **Deliberações unânimes:** (I) Autorizar a Sociedade a reduzir o capital social no valor de R\$ 16.651.000,00 para R\$ 10.651.000,00, sendo a referida redução no montante de R\$ 6.000.000,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade; (II) Autorizar a prática, pelos administradores da Sociedade, de todos e quaisquer atos e assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para a realização e formalização da operação mencionada no item (i) acima. (III) A redução do capital social se dará por meio de restituição integral a sócia Racional Empreendimentos Ltda., não se opondo desde já o outro sócio, e se efetivará após o cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 04 de março de 2026. **Mesa:** Newton Simões Filho - Presidente; Paulo Rogério Costa Ferreira - Secretário. **Sócios:** Racional Empreendimentos Ltda. - p. Newton Simões Filho; Newton Simões Filho. **Administrador:** Newton Simões Filho.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S/A										
CNPJ Nº 35.948.363/0001-38										
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a sua apreciação os Balanços Patrimoniais da REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S/A, levantados em 31/12/2025 e 2024, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos que contribuíram com o sucesso da REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS. A Diretoria										
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PARTIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2025							
			EVENTOS	TOTAL	CAPITAL INTE-GRALIZADO	RESERVA COR-MONET CAP	RESERVA DE LUCROS	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCROS ACU-MULADOS
I - ATIVO CIRCULANTE	31/12/2025	31/12/2024								
Disponibilidades	21.130.502,77	41.391.194,51	Saldo em 31/12/2024	72.331.457,86	37.067.088,00	0,80	-	6.168.365,10	29.096.003,96	-
Contas a Receber	122.775,25	217.088,00	Capital Social							
Adiantamento Concedido	30.633,61	24.099,34	Lucros Distribuídos	(39.809.225,32)	-				(29.095.803,96)	(10.713.421,36)
Adiantamento Futuro Aumento Capital	11.684.387,21	11.526.887,21	Resultado do Exercício							11.277.285,64
Impostos a Recuperar	-	-	Reserva de Lucros	-	-			563.864,28	-	(563.864,28)
Total do Ativo Circulante	32.968.298,84	53.159.269,06	Ajustes Ex Anterior					200,00	(200,00)	-
II - ATIVO NÃO CIRCULANTE			Saldo em 31/12/2025	43.799.518,18	37.067.088,00	0,80	-	6.732.429,38	-	0,00
Credito com Partes Relacionadas	4.082.314,17	4.369.364,17	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO 31/12/2025				
Depósitos Judiciais	-	-	I - RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025				
Investimentos	6.043.210,21	7.584.430,15	Receita de c/ Aluguel de Imóveis	22.574.869,94	21.042.404,51	31.902.356,44				
Inventários Fiscais	-	-	Impostos Incidentes	(823.982,76)	(768.047,78)					
Imobilizado	11.974.227,55	13.560.430,60	II - RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	21.750.887,18	20.274.356,73					
Total do Ativo não Circulante	22.099.751,93	25.514.224,92	Custo dos serviços prestados	(4.988.284,09)	(3.599.946,96)					
TOTAL DO ATIVO (I+II)	55.068.050,77	78.673.493,98	III - RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	16.762.603,09	16.674.409,77					
I - PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2025	31/12/2024	Despesas Administrativas	(4.671.480,51)	(4.482.282,57)					
Obrigações Trab e Tributárias	816.772,09	943.780,52	Depreciação e Amortização	(1.606.248,60)	(1.606.248,60)					
Dividendos a Pagar	7.629.225,22	2.700.000,00	Despesas Financeiras	(1.552,18)	(1.298,29)					
Contas a Pagar	104.574,57	-	Receitas Financeiras	5.813.757,00	3.353.482,52					
Prov. de Direitos Trabalhistas	155.945,38	136.240,27	Equivalência Patrimonial	(610.969,94)	203.423,42					
Total do Passivo Circulante	8.706.517,26	3.780.020,79	III - RESULTADO ANTES DA CSSL E IRPJ	15.686.108,86	14.141.486,25					
II - PASSIVO NÃO CIRCULANTE			Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.408.823,22)	(3.405.597,66)					
Creditos de Sociedades Ligadas	2.562.015,33	2.562.015,33	IV - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.277.285,64	10.735.888,59					
Creditos de Pessoas Ligadas	-	-	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Total do Passivo Não Circulante	2.562.015,33	2.562.015,33	1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e Princípios da Contabilidade geralmente aceitos; 2. A empresa optou pela apuração de resultado e do Impostos de Renda pelo Lucro Presumido; 3. As receitas operacionais são tributadas pelo regime de Caixa; 4. O Capital Social é de R\$37.067.088,00 totalmente integralizado e dividido em 23.645.757 ações ON.							
III - PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital Social	37.067.088,00	37.067.088,00								
Reserva Cor. Monetária do Capital	0,80	0,80								
Reserva de Lucros	-	-								
Reserva Legal	6.732.429,38	6.168.365,10								
Reserva Estatutária	-	29.096.003,96								
Total do Patrimônio Líquido	43.799.518,18	72.331.457,86								
TOTAL DO PASSIVO (I+II+III)	55.068.050,77	78.673.493,98								
Mario de Andrade Ramos Neto-Diretor / Vitor Nogueira Orçai-Contador CRC-RJ 102.265/O-O CPF: 080.001.557-61										

VERÃO:

Sol com nuvens de manhã.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

COPACABANA

Polícia prende 3º envolvido em estupro de adolescente

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

O terceiro foragido no caso do estupro coletivo de uma adolescente de 17 anos, no Rio de Janeiro, se entregou à Polícia Civil na manhã de ontem, acompanhado do advogado. Vitor Hugo Oliveira Simonin, de 18 anos, é filho do ex-subsecretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do governo do Rio de Janeiro, José Carlos Simonin. Ele foi demitido terça-feira após a repercussão do caso.

É da família Simonin o apartamento de temporada onde ocorreu o crime, em Copacabana. As imagens dos jovens filmados no edifício são parte do inquérito que incriminou os rapazes.

Cinco homens participaram do crime, segundo a polícia, sendo um menor de 18 anos, contra o qual não há mandado de prisão. Eles respondem pelo crime de estupro e por ato infracional análogo ao mesmo crime. Na terça-feira, os dois presos foram encaminhados para o sistema prisional.

Há expectativa de que o quarto jovem que participou do crime, Bruno Felipe dos Santos Allegretti, também se entregue nesta quarta à polícia. De acordo com a delegacia, tratativas estão em curso com os advogados.

Todos são réus pelo crime de estupro, com agravante de a vítima



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

ma ser menor de idade, e também por cárcere privado.

MAIS UM ESTUPRO

Aluno do Colégio Pedro II, Vitor Hugo é ainda investigado por um caso de estupro cometido contra outra aluna da instituição, onde ambos estudavam, em outubro de 2025. O caso foi revelado pelo delegado titular Ângelo Lages, na terça-feira passada, depois da mãe da jovem prestar depoimento. O ato foi cometido em uma festa.

De acordo com a Polícia Civil,

ao tomarem conhecimento do caso de Copacabana, outras vítimas se sentiram encorajadas a denunciar os envolvidos em outros crimes. Dois inquéritos foram abertos para apurar as denúncias.

O CRIME

Em janeiro, a vítima de 17 anos recebeu a mensagem de um colega da escola a convidando para ir à casa de um amigo. Ao chegar, o adolescente insinuou que fariam "algo diferente". Como a jovem recusou, ela

foi trancada e sofreu a violência no quarto do apartamento de Copacabana.

Terça-feira, em entrevista à imprensa, o delegado ressaltou a importância de os jovens, ao se relacionarem sexualmente, respeitarem os limites do outro.

"O que deve ficar claro, principalmente para os meninos, é que não é não. Isso é fundamental. A vítima do primeiro caso deixou muito claro, a todo momento, que não se relacionaria com mais ninguém (além do adolescente) em vários momentos", destacou.

PESQUISA

Uma em cada cinco adolescentes ou crianças tem sobrepeso ou obesidade

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Dados do Atlas Mundial da Obesidade 2026 revelam - no Dia Mundial da Obesidade, lembrado ontem - que 20,7% das crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos em todo o planeta vivem com sobrepeso ou obesidade - o equivalente a um em cada cinco, totalizando 419 milhões. A previsão da Federação Mundial de Obesidade é que, até 2040, o número salte para 507 milhões de crianças e adolescentes no mundo com sobrepeso ou obesidade.

Em nota, a entidade alerta que a obesidade e o sobrepeso na infância levam a condições semelhantes às observadas em adultos, incluindo quadros como hipertensão e doença cardiovascular. A estimativa é que, até 2040, 57,6 milhões de crianças apresentem sinais precoces de doença cardiovascular e que 43,2 milhões apresentem sinais de hipertensão.

"O atlas mostra como as ações para enfrentar a obesidade infantil permanecem inadequadas em todo o mundo, com muitos países aquém do conjunto de políticas necessárias para prevenção, monitoramento, rastreamento e manejo", destacou a federação, ao cobrar medidas firmes para reverter as tendências atuais.

Entre as ações a serem implementadas, a entidade destaca impostos sobre bebidas adoçadas com açúcar; restrições ao marketing direcionado a crianças, incluindo plataformas digitais; implementação das recomendações globais de atividade física para crianças; proteção do aleitamento materno; padrões mais saudáveis de alimentação escolar e integração da prevenção e do cuidado aos sistemas de atenção primária.

BRASIL

Os números revelam que, no Brasil, 6,6 milhões de crianças com idade entre 5 e 9 anos estão com sobrepeso ou obesidade. O número sobe para 9,9 milhões quando considerados crianças e adolescentes com idade entre 10 e 19 anos, totalizando 16,5 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos vivendo com sobrepeso ou obesidade no país.

Desse total, quase 1,4 milhão foram diagnosticados, em 2025, com hipertensão atribuída ao Índice de Massa Corporal (IMC), enquanto 572 mil foram diagnosticados com hiperglicemia atribuída ao IMC; 1,8 milhões com triglicerídeos elevados atribuídos ao IMC; e 4 milhões com doença hepática esteatótica metabólica

(quando há acúmulo de gordura no fígado).

A previsão é que, até 2040, os números no Brasil passem a ser os seguintes: mais de 1,6 milhão de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos diagnosticados com hipertensão atribuída ao IMC; 635 mil com hiperglicemia atribuída ao IMC; 2,1 milhões com triglicerídeos elevados atribuídos ao IMC; e 4,6 milhões com triglicerídeos elevados atribuídos ao IMC; e doença hepática esteatótica metabólica.

ANÁLISE

Para o vice-presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso), Bruno Halpern, o atlas mostra "crescimento assustador" nos índices de obesidade e sobrepeso infantil em todo o mundo, sobretudo em países de média e baixa renda.

"A alimentação à base de alimentos pouco ricos nutricionalmente, ultraprocessados e baratos vem crescendo exponencialmente. Isso afeta mais crianças de classes socioeconômicas mais baixas dentro desses países."

"O Brasil não é exceção. Há dois anos, a gente já sabia que, em dez anos, metade das crianças e adolescentes no Brasil teria so-

brepeso ou obesidade. Os dados estão se confirmando. Os índices estão crescendo, são alarmantes", completou.

Halpern, que também é membro da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e presidente eleito da Federação Mundial de Obesidade para o biênio 2027-2028, lembra que a obesidade é problema de todos. "Temos 8 bilhões de razões para agir - a população do mundo".

"Temos que sair da ideia de que a obesidade é um problema individual e entender que, hoje, é também um problema socioeconômico", disse. "Se metade das crianças vai ter obesidade ou sobrepeso em alguns anos, não é problema dos outros, é problema de todos nós. Se não for o seu filho, vai ser o filho da sua irmã ou alguém muito próximo vivendo com isso", completou.

"Precisamos ter estratégias de taxação de ultraprocessados e refrigerantes, a gente precisa diminuir a propaganda infantil. A gente precisa trabalhar também a obesidade materna, que é um ponto que o atlas focou bem. Se a gente tratar a obesidade nas mães, pode ser uma forma de prevenir a obesidade dessas crianças no futuro", concluiu.

MULHERES

Estudo pede políticas públicas para reduzir efeitos da menopausa

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Um estudo divulgado na terça-feira pelo Instituto Esfera, em Brasília, alerta para a necessidade de políticas públicas específicas a fim de reduzir os impactos para as mulheres no período da menopausa. A pesquisa pede atenção para mulheres negras e em vulnerabilidade.

Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora Clarita Costa Maia, uma das responsáveis pelo estudo, explicou que as mulheres mais vulnerabilizadas no país, entre elas as negras e residentes em comunidades desassistidas, ficam ainda mais sujeitas ao impacto que esse período pode causar no âmbito da saúde e do trabalho.

"O que constatamos é que a menopausa tem um componente biológico que atinge mais as mulheres negras e há o cruzamento de vulnerabilidades. São mulheres que sentem a menopausa com mais peso, biologicamente e socialmente falando", explicou.

AMEAÇA

Essa vulnerabilidade deixa a mulher numa posição pior em relação aos outros estratos sociais. "Ela é, em regra, o arrimo de família e líder familiar. São mulheres que ficam numa posição muito frágil no mercado de trabalho", ressaltou.

Os sintomas da menopausa, incluindo os físicos e psicológicos não tratados, levam, segundo a pesquisadora, a uma insustentabilidade da relação profissional, o que impacta todo o núcleo familiar.

É por isso que no Brasil, segundo as considerações do estudo, é preciso que as políticas públicas levem em consideração que tratar a mulher na menopausa é cuidar de todo o núcleo familiar.

SAÚDE MENTAL

A pesquisadora, que é da área do direito e que trabalhou no estudo com a médica Fabiane Berta de Sousa, acrescenta que os sintomas não tratados podem gerar sérias consequências também de saúde mental.

"Aumentam significativamente as chances de desenvolvimento de Alzheimer, de depressão e diversas outras consequências relacionais advindas disso", explicou.

Segundo ela, existe um fenômeno hoje em dia de menopausa precoce. Nosso modo de vida está aumentando a menopausa e a andropausa precoce". Em relação à faixa etária, o documento aborda que, com o envelhecimento populacional, é necessário, mais atenção das redes públicas.

ATENDIMENTO POPULAR

Cláudio Castro entrega novas viaturas ao Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro recebeu, na tarde de terça-feira passada, 16 ambulâncias e 2 motorhomes para garantir mais eficiência no suporte à população e no atendimento às demandas de emergência. Os veículos fazem parte do pacote de 60 ambulâncias, 3 motorhomes e 25 viaturas multimissão adquiridos pela corporação, com um investimento de quase R\$ 90 milhões.

As demais viaturas serão incorporadas ao serviço operacional de atendimento de emergência conforme o cronograma estabelecido pelo governo.

O governador do Estado, Cláudio Castro, destacou que

"São fases complicadas, de altos e baixos emocionais. Pode haver rupturas em nível pessoal das quais a pessoa precisa se recuperar com o tempo e não está entendendo o que ocorre consigo mesma".

O afastamento do trabalho gera reflexos, como explica a pesquisadora, como maior pressão previdenciária. "Ao invés de estarmos com trabalhadoras na sua melhor fase intelectual, surgem mais problemas previdenciários e sociais", diz.

MAPEAMENTO

O ideal, nesse momento, de acordo com o estudo, é que o Brasil possa fazer um mapeamento sobre a menopausa para que haja compreensão da realidade nacional.

"A ausência de política pública nacional estruturada para a menopausa não é neutra. Produz efeitos concretos sobre a saúde, a economia e a cidadania de milhões de mulheres, com custos que se projetam sobre o sistema de saúde, a Previdência Social e a produtividade nacional", mostra o documento.

Os dados internacionais demonstram que esses custos são mensuráveis: US\$ 26,6 bilhões por ano nos Estados Unidos e US\$ 150 bilhões globalmente, além de queda de 10% nos rendimentos das mulheres afetadas. No Brasil, segundo a estimativa, 29 milhões de mulheres estariam nessa fase e 87,9% apresentariam sintomas. Apenas 22,4% delas buscam tratamento.

"A magnitude do problema é proporcional à sua invisibilidade. Tratar a menopausa como política pública não significa patologizar o envelhecimento feminino, mas reconhecê-lo como etapa legítima do ciclo de vida que demanda cuidado, informação e proteção institucional", diz o documento.

"MAIOR ATENÇÃO"

No evento do Instituto Esfera, em Brasília, no lançamento do estudo e também de premiação de "mulheres exponenciais", a secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Hadad, disse que identifica atualmente maior atenção na prevenção da saúde da mulher com o envelhecimento populacional.

"Essas questões das fases do ciclo de vida feminino também se colocam em outra direção. Recentemente, tivemos um fórum de mulheres criado pelo Ministério da Saúde e é interessante que o grupo que representava as mulheres na menopausa foi um dos mais ativos", lembrou.

CABO FRIO

Operação da PF prende suspeitos de monopólio ilegal de internet

CRISTINA INDIO DOBRASIL/ABRASIL

A Polícia Federal e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Federal deflagraram ontem uma operação contra uma organização criminoso investigada por interromper serviços de telecomunicações no município de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro. A Operação Des-

conexão cumpriu dois mandados de prisão preventiva contra dois homens, em São Pedro da Aldeia e em Rio das Ostras, e aplicou medidas cautelares. Também foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão, sendo quatro em Cabo Frio, cinco no Rio de Janeiro, três em São Pedro da Aldeia, dois em Araruama e dois em Rio das Ostras. A PF informou que as apurações indicaram que a organiza-

ção criminosa montou um esquema de monopólio ilegal na prestação de serviços de internet em Cabo Frio. "A localidade estaria sob controle territorial da facção, a qual restringe a atuação de provedores de internet e permite apenas o funcionamento da empresa autorizada pelo grupo criminoso", afirmou em nota. Segundo o inquérito, os investigados mantinham o controle territorial e usa-

vam de violência e graves ameaças contra empresas concorrentes para garantir o monopólio da prestação de serviços de banda larga. "Entre as condutas identificadas durante as apurações, estão a danificação de equipamentos, o corte de cabos, a intimidação de funcionários e o impedimento à instalação e à manutenção regular dos serviços por outros provedores", acrescentou.

o investimento reafirma o compromisso de sua gestão com a proteção da população fluminense.

"Estamos fortalecendo uma das instituições mais respeitadas do país, garantindo melhores condições de trabalho aos nossos bombeiros e um atendimento cada vez mais rápido e eficiente à população", afirmou o governador.

A iniciativa integra o projeto Bombeiro 100% e tem como objetivos reforçar a capacidade operacional do CBMERJ, ampliar e qualificar o atendimento pré-hospitalar, reduzir o tempo-resposta nas ocorrências, modernizar a frota e melhorar as condições de trabalho do bombeiro militar.

ENCHENTES

Campanha do BB para Minas Gerais supera R\$ 1,5 milhão

A campanha de doações lançada pelo Banco do Brasil para apoiar vítimas das chuvas e deslizamentos de terra em Minas Gerais arrecadou mais de R\$ 1,5 milhão. Do total, R\$ 1,2 milhão vieram de contribuições de funcionários e clientes, enquanto R\$ 300 mil foram aportados pelo próprio conglomerado.

O protocolo do Programa Ajuda Humanitária foi divulgado no dia 26 de fevereiro, com foco nas cidades atingidas na região da Zona da Mata Mineira.

Segundo a Defesa Civil, o estado já registra 72 mortes confirmadas em decorrência das chuvas. Em Juiz de Fora, há 653 desabrigados e 7.931 desalojados. Em Ubá, são 24 desabrigados, 4.480 desalojados e um desaparecido. Em Matias Barbosa, 96 desabrigados e 604 desalojados.

Além da campanha de arrecadação, o banco anunciou medidas emergenciais para atender mais de 159 mil clientes pessoas físicas e cerca de 9 mil pessoas jurídicas nas regiões afetadas.

Entre as ações para clientes pessoa física estão carência de até seis meses para início do pagamento em operações de crédito consignado e crédito salário, além da possibilidade de repactuação de até quatro parcelas em financiamentos imobiliários e empréstimos com garantia de imóvel.

Para empresas, será disponibilizado o Pula Parcela Emergencial PJ, com prorrogação de até seis parcelas em linhas de capital de giro e financiamento, além de linha de repactuação de dívidas com prazo de até 60 meses e

carência de até seis meses.

No setor agropecuário, o banco anunciou alocação emergencial de recursos para crédito rural, prorrogação simplificada de operações, acionamento de parceiros nos municípios atingidos e priorização de comunicados de perdas do Proagro.

Também foram adotadas medidas operacionais excepcionais nos meios de pagamento, como estorno de juros, encargos e tarifas, flexibilização de prazos para abertura e manutenção de contas e ampliação temporária de limites para transações via Pix.

Na área de seguros, haverá comunicação ativa com segurados das cidades impactadas, reforço no atendimento e priorização de análise de sinistros.

O banco informou ainda que está em contato com prefeituras para oferecer linhas de crédito ao setor público e orientar gestores sobre solicitação de recursos por meio do Cartão da Defesa Civil.

DOAÇÕES

Os valores arrecadados serão destinados a instituições sem fins lucrativos que atuam na região, responsáveis pela compra e distribuição de alimentos, kits de higiene e limpeza e outros itens essenciais.

Doações em pontos do programa Nível serão dobradas pela instituição. A campanha para doação de pontos segue até 31 de março de 2026.

Desde 26 de fevereiro, todas as AABs de Minas Gerais funcionam como pontos de coleta de doativos materiais, como água mineral, produtos de higiene, cobertores, roupas e calçados em bom estado.

ITÁLIA

Cidadania: Corte Constitucional marca data para julgar lei

A Corte Constitucional da Itália julgará na próxima quarta-feira, a inconstitucionalidade da nova lei de cidadania italiana. Se o tribunal superior entender que a nova legislação não está em conformidade com os princípios da Constituição do país, milhares de descendentes italianos no Brasil (e também em outros países) voltarão a ter o direito de pedir a cidadania italiana.

A Lei 74/2025, aprovada em maio do ano passado, sustenta que a cidadania passa a ser reconhecida apenas para duas gerações de descendentes (filhos e netos) de italianos.

Ficou diferente de como era antes, quando qualquer geração podia solicitar o reconhecimento desde que tivesse sua ascendência documentada.

As novas regras foram propostas na forma de um decreto publicado pelo governo italiano em 27 de março. O decreto foi modificado pelo parlamento e aprovado em maio. Estima-se que vivam no Brasil cerca de 32 milhões de italo-descendentes.

O jurista italiano radicado no Brasil David Manzini, CEO da Nostrali Cidadania Italiana,

empresa que assessora italo-descendentes nos processos de reconhecimento de cidadania, acredita que a Corte deve declarar a inconstitucionalidade da nova norma.

"O artigo 77 da Constituição diz que o governo só pode publicar um decreto em casos extraordinários de necessidade e urgência, o que não era o caso", afirmou Manzini.

Em sentença proferida alguns meses após a aprovação da nova lei, porém numa ação sobre a legislação anterior, a Corte Constitucional informou que não há limite geracional para reconhecimento da cidadania italiana por descendência, o que dá um bom indicativo de como a Corte deve se posicionar agora.

Caso a Corte Constitucional reconheça a inconstitucionalidade da norma, poderá instar o Parlamento e o Governo a promoverem a revisão ou revogação da legislação vigente para adequá-la aos preceitos constitucionais.

A Corte Constitucional Italiana é a instância máxima de proteção e interpretação da Constituição do país, similar ao Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro.

FAO

Lula faz apelo à paz, condena armamentismo e critica ONU

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um apelo, ontem, para que líderes globais busquem a paz em meio ao cenário recente de guerras e que priorizem o combate à fome no lugar de gastos com armamentos.

"Se pegássemos o dinheiro que foi gasto, no ano passado, em armamentos, em conflitos – o equivalente a US\$ 2,7 trilhões – e dividíssemos entre os 630 milhões de seres humanos que, no planeta, passam fome, daria para ter distribuído US\$ 4.285 para cada pessoa. Vocês percebem que não precisaria ter fome no mundo se houvesse o bom senso dos governantes?", disse o presidente.

Durante a abertura da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para

a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe, Lula destacou que a região é "a única zona de paz no mundo".

"Aqui no Brasil, temos a opção de não possuir armas nucleares na nossa Constituição. Há muito tempo, a gente chegou à conclusão de que aquele ditado que diz que quem quer paz se prepara para a guerra é para quem quer fazer guerra. Nós queremos paz porque a paz é a única possibilidade de fazer com que a humanidade avance."

EGURANÇA

Em sua fala, Lula fez um apelo direto aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU): França, Inglaterra, Rússia, China e Estados Unidos.

"Se esses senhores, que coor-

denam o Conselho de Segurança como membros permanentes da ONU, se preocupassem com essa questão da fome neste instante ao invés de ficarem discutindo, como agora está se discutindo na Europa, o fortalecimento do armamento dos países, investimentos na defesa."

"Está todo mundo pensando que vão se agravar os conflitos. E todo mundo quer mais armas, todo mundo quer mais bomba atômica, todo mundo quer mais drone, todo mundo quer aviões de caça cada vez mais caros. E tudo isso não é feito para construir ou para produzir alimentos. Isso é feito para destruir e para diminuir a produção de alimentos ou destruir aquilo que já está plantado."

FAIXA DE GAZA

Em seu discurso, Lula também criticou a criação, por parte do governo estadunidense de

Donald Trump, do chamado Conselho de Paz, voltado para a reconstrução da Faixa de Gaza.

"Compensou destruir Gaza, matando a quantidade de mulheres e crianças que mataram, para agora aparecerem com pompa, criando um conselho para dizer: 'Vamos reconstruir Gaza'? Aí aparece como se fosse um resort, para passar férias no lugar onde estão os cadáveres das mulheres e das crianças que morreram."

"Muitas vezes, a gente fica impassível. E, se a gente não gritar, não falar, não se mexer, nada acontece", disse. "A fome não é por um problema de intempéries, não é porque tem excesso de frio e excesso de calor. A fome só existe porque existe uma coisa chamada excesso de irresponsabilidade naqueles que são eleitos para ter responsabilidade", completou.

CORRUPÇÃO

Dino afasta prefeito e vice de Macapá por suspeita de desvios

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu afastar do cargo ontem o prefeito de Macapá, Dr. Furlan, e seu vice, Mario Neto, pelo prazo inicial de 60 dias. Os dois são investigados por suspeita de desvio de recursos federais destinados à construção do Hospital Geral Municipal.

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a segunda fase da Operação Paroxismo, em que cumpriu 13 mandados de busca e apreensão em Macapá, Belém e Natal.

Ao justificar o afastamento das funções públicas, Dino escreveu que "a permanência dos investigados nos cargos lhes assegura acesso a documentos, sistemas e bases de dados relevantes para a elucidação dos fatos, criando ambiente propício à supressão, manipulação ou ocultação de elementos probatórios".

O ministro afirmou ainda que ambos podem voltar a cometer crimes se permanecerem à frente dos processos licitatórios da prefeitura.

Em relatório, a PF afirmou haver "indícios contundentes de comprometimento da competitividade" na licitação que resultou na contratação da empresa Santa Rita Engenharia Ltda. O contrato foi firmado por cerca de R\$ 70 milhões.

Entre os indícios de fraude está o fato de a proposta apresentada pela empresa ser prati-



camente idêntica ao orçamento feito pela própria prefeitura a título de levantamento de mercado. Para a PF, isso indica que a empresa teve acesso prévio aos critérios para a aprovação na licitação.

Uma vez firmado o contrato, teve início "uma sistemática e anômala movimentação de recursos em espécie" pelos sócios da empresa, descreveu a PF. Ao todo, foram feitos 42 saques por Rodrigo Moreira, um dos sócios, no valor de R\$ 7,4 milhões, enquanto Fabrizio Gonçalves fez 17 saques, somando R\$ 2,4 milhões.

"A análise da cronologia e dos valores evidencia que tais operações ocorreram logo após os repasses contratuais feitos pelo Município de Macapá à empresa, e que os recursos não foram reinseridos no circuito bancário, tampouco utilizados para pagamentos relacionados à execução contratual", escreveu a PF.

Os investigadores colheram indícios ainda de que parte desse dinheiro foi transportado em veículos de propriedade de Furlan, bem como transferências feitas pela Santa Rita Engenharia para contas ligadas à ex-esposa e à atual companheira do

prefeito.

Na decisão em que autorizou o afastamento do prefeito do cargo, bem como do vice, Dino determinou também a quebra do sigilo bancário e fiscal de 10 pessoas físicas e três pessoas jurídicas. As mesmas pessoas foram também alvo de mandados de busca e apreensão.

Também foram afastados do cargo a secretária municipal de Saúde, Erica Aranha de Sousa Aymoré, e Walmiglisson Ribeiro da Silva, presidente da Comissão Especial de Licitação responsável pela licitação do Hospital Geral de Macapá.

DOENÇA

Vacinação de meninos contra o HPV chega a 74% no estado de São Paulo

MATHEUS CROBELATTI//ABRASIL

A cobertura vacinal de meninos de 9 a 14 anos contra o HPV (papilomavírus humano) subiu para 74,78% no estado de São Paulo em 2025. Em 2022, a taxa era de 47,35%, segundo informações divulgadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Entre as meninas na mesma faixa etária, a cobertura também apresentou crescimento. O número passou de 81,85%, em 2022, para 86,76% em 2025. Apesar desses aumentos da cobertura vacinal, os índices para ambos os sexos ainda estão abaixo da meta de 90% proposta pelo

Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Segundo o Governo de SP, a ampliação da cobertura é atribuída às estratégias adotadas pela Secretaria da Saúde, que fez busca ativa de jovens, mobilizou unidades básicas, realizou ações em parceria com municípios e campanhas de orientação sobre a importância da imunização nesta faixa etária.

VACINA

O vírus do HPV é responsável por diversos tipos de câncer, como o de colo do útero, pênis, ânus e orofaringe. A transmissão acontece através

do contato direto com regiões da pele, mucosas infectadas e atividade sexual.

A vacinação contra o vírus é realizada gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde de todo o estado. A aplicação é feita em dose única para crianças e adolescentes.

A diretora da Divisão de Imunização do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da SES, Maria Lígia Nerger, alerta pais e responsáveis para estarem atentos ao calendário vacinal das crianças.

"O público-alvo da vacinação são meninas e meninos de 9 a 14 anos, e a aplicação deve

ocorrer o mais cedo possível, preferencialmente aos 9 anos, antes da exposição ao vírus. Nessa faixa etária, o sistema imunológico apresenta melhor resposta à vacina, garantindo maior proteção," informa a diretora.

Também devem ser vacinadas: pessoas de 9 a 45 anos em condições clínicas especiais, como as que vivem com HIV/Aids, transplantados de órgãos sólidos ou medula óssea, e pacientes oncológicos (imunossuprimidos), além de vítimas de abuso sexual e portadores de papilomatose respiratória recorrente (PRR).

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

ENFORCAMENTO

Aliado de Vercaro, Sicário tem suspeita de morte cerebral

FELIPE DE PAULA, AGUIRRE TALENTO E RAQUEL LANDIM/AE

O investigado Luiz Philipi Mourão, conhecido como Sicário, preso na terceira fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), está sob investigação de morte cerebral na noite desta quarta-feira, em Belo Horizonte.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Luiz Philipi segue em cuidados no CTI do Hospital João XXIII.

Na manhã de ontem, Mourão foi levado para a carceragem da corporação após o cumprimento do mandado de prisão emitido pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a PF, o investigado atentou contra a própria vida e foi reanimado pelos policiais responsáveis pela custódia. Em seguida, ele recebeu atendimento médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e foi encaminhado para um hospital da capital mineira.

De acordo com as investigações, Luiz Philipi Mourão atuava como ajudante do banqueiro Daniel Vercaro, que também foi preso na manhã de hoje. “Sicário”, como era chamado pelo empresário, seria responsável pelo monitoramento e obtenção de informações sigilosas de pessoas consideradas adversárias dos interesses do banqueiro.

INVESTIGAÇÃO

Em novembro de 2025, Vercaro e outros acusados passaram a

ser investigados pela Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal.

SIGNIFICADO

Do latim "Sicarius", homem da adaga, o apelido "Sicário" não era apenas simbólico para Luiz Philipi Machado de Moraes Mourão, responsável pela obtenção de informações sigilosas, monitoramento de adversários e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses de Vercaro, dono do Banco Master.

Segundo o relatório, Vercaro teria solicitado a "Sicário" que o jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, fosse agredido e tivesse "todos os dentes quebrados" em um assalto forjado.

De acordo com a PF, o "Sicário" teria acessado indevidamente sistemas da própria Polícia Federal, do Ministério Público Federal e até de organismos internacionais, como o FBI e a Interpol, para monitorar adversários e desafetos do banqueiro.

INTIMIDAÇÃO

Para os investigadores, mensagens interceptadas indicam que Vercaro acionava Luiz Philipi para monitorar e intimidar funcionários que se opunham às suas ordens e vontades.

Em um dos diálogos, o banqueiro relata que estaria sendo

PMMG/DIVULGAÇÃO



ameaçado por uma funcionária e ordenou que Sicário "moesse essa vagabunda".

Em outro bate-papo no WhatsApp, Mourão se oferece para mobilizar "A Turma", estrutura usada para coleta de informações, a fim de constranger um empregado que teria feito uma gravação indesejada de Vercaro.

As conversas incluem ainda troca de dados pessoais e pedidos para "levantar tudo" sobre dois funcionários, incluindo um chef de cozinha.

Para a Polícia Federal, há fortes indícios de que Mourão recebia R\$ 1 milhão de Daniel Vercaro por intermédio do cunhado do banqueiro, Fabiano Zettel, que se apresentou aos federais nesta quarta após não ser localizado nos endereços alvo de busca.

Em nota, a defesa de Zettel afirmou que ele "está à inteira dispo-

sição das autoridades".

Nas mensagens de WhatsApp trocadas entre "Sicário" e Vercaro, o operador pede que Zettel depositasse o dinheiro prometido.

"Bom dia. O Fabiano não mandou este mês e a turma está perguntando. Dá uma olhada com ele por favor. Obrigado", disse "Sicário".

Ao ser indagado por Vercaro sobre os dados para o pagamento e sobre o valor exato, Mourão respondeu: "Ele (Zettel) manda o mensal e eu divido entre a turma. Mando pra eles. 400 divido entre 6. Os meninos mando 75 pra cada, o meu. O DCM e mais dois editores. É este o mensal. Ele manda 1 e quando você manda bônus eu divido entre os meninos e a turma", explicou "Sicário".

Em outro diálogo, dessa vez entre Ana Cláudia - funcionária do banqueiro - e Vercaro, a secretária pergunta:

"Vai ser 1 mm como normalmente?"

"Sim." Em seguida, Ana Cláudia faz a transferência bancária e junta o comprovante de pagamento de R\$ 1 milhão na conta indicada por Mourão.

As investigações indicam que Vercaro "manteve relação contratual com Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, responsável pela coordenação de atividades voltadas à obtenção de informações, monitoramento de pessoas e levantamento de dados considerados relevantes para os interesses do grupo".

Justiça mantém prisão de Vercaro e cunhado em audiência de custódia

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A Justiça Federal em São Paulo manteve ontem a prisão do banqueiro e empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, e determinou que ele seja encaminhado diretamente ao sistema prisional estadual.

Depois de ter sido preso pela manhã e encaminhado à sede da superintendência da Polícia Federal em São Paulo, na capital paulista, Vercaro e seu cunhado, Fabiano Zettel, passaram por uma audiência de custódia na Justiça Federal.

Eles deixaram a Superintendência da Polícia Federal em uma viatura descaracterizada, por volta das 14h, e foram encaminhados à Justiça Federal, onde o juiz avaliou a legalidade e a necessidade da prisão.

O magistrado também verificou, como é o costume em uma audiência de custódia, se houve sinais de tortura e maus-tratos.

Nessa audiência, que terminou por volta das 16h, o juiz manteve a prisão de ambos, e eles foram encaminhados para o Centro de Detenção Provisória (CDP) 2 de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo.

A transferência de Vercaro para um presídio estadual foi uma decisão do Supremo Tri-

bunal Federal (STF), atendendo a pedido da PF.

De acordo com a corporação, as instalações de sua superintendência na capital paulista, onde ele estava detido, não tinham estrutura para manter presos preventivamente e servem apenas como unidade de trânsito de detentos.

COMPLIANCE ZERO

As prisões de Vercaro e de seu cunhado foram cumpridas na terceira fase da Operação Compliance Zero, que apura suspeitas de ameaça, corrupção, lavagem de dinheiro e invasão de dispositivos informáticos, além de um esquema bilionário de fraudes financeiras envolvendo a venda de títulos de crédito falsos.

A operação apura fraudes bilionárias no Banco Master, que causaram um rombo de até R\$ 47 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos para o ressarcimento a investidores. No ano passado, o empresário também foi alvo de um mandado de prisão, mas ganhou direito à liberdade provisória, mediante uso de tornozeleira eletrônica.

A nova prisão foi fundamentada em mensagens encontradas no celular do banqueiro, apreendido na primeira fase da operação. Nas mensagens, Vercaro ameaça jornalistas e pessoas que teriam contrariado seus interesses.

Mendonça autoriza transferência de Vercaro para presídio em SP

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a transferência do empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, para um presídio estadual. Vercaro foi preso em São Paulo, na manhã de ontem, na terceira fase da Operação Compliance Zero.

O pedido de transferência foi feito pela PF ao Supremo. De acordo com a corporação, as instalações de sua superintendência na capital paulista, onde ele está detido, não têm estrutura para manter presos preventivamente e servem apenas como unidade de trânsito de detentos.

Ao analisar o pedido, Mendonça autorizou a transferência de Vercaro para o sistema prisional estadual. O local deverá ser definido pela PF e pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

Segundo a decisão, os detidos permanecerão à disposição do STF, cabendo ao sistema prisional estadual prover a estrutura necessária à custódia e às escoltas para audiências, atendimentos médicos e demais deslocamentos necessários.

Nota

ORGANIZAÇÕES DENUNCIAM PROPOSTAS LEGISLATIVAS COM AMEAÇAS AMBIENTAIS

A rede de organizações socioambientais Observatório do Clima lançou ontem, a Agenda Legislativa 2026 com uma análise das principais propostas que tramitam no Congresso Nacional e representam uma ameaça de dano socioambiental. Também chamada de Pacote da Destruição, a agenda inclui quase 50 projetos de lei (PLs) e propostas de emenda à Constituição (PECs). "O Congresso Nacional vem a cada ano fracionando o Pacote da Destruição em muitas proposições, com ataques permanentes à legislação que protege os direitos socioambientais e o clima", destaca a coordenadora do políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo. O Pacote da Destruição construído por 161 organizações sociais também aponta a tramitação das proposições e mostra que 75% das pautas consideradas negativas tiveram alguma movimentação ao longo de 2025. São propostas legislativas como o chamado Marco Temporal (PEC 48/2023), que estabelece a demarcação de terras indígenas somente em áreas ocupadas ou sob disputa na data da promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988).

Daniel Vercaro mantém estrutura de intimidação de pessoas, cita ministro

FELIPE PONTES/ABRASIL

O banqueiro Daniel Vercaro (**foto**), dono do Banco Master, mantém uma comparsa de pessoas vistas como contrárias aos interesses do grupo financeiro, apontou o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem. Ele foi preso na manhã desta quarta-feira, na terceira fase da Operação Compliance Zero.

O banqueiro também mantém interlocução próxima com dois servidores que ocupavam posições estratégicas no Banco Central (BC) e trabalhavam como "uma espécie de empregado/consultor" de Vercaro, fornecendo informações privilegiadas.

Os servidores são o ex-diretor de fiscalização do Banco Central Paulo Sérgio Neves de Souza e o ex-servidor Belline Santana.

A ordem de prisão partiu de Mendonça, que atendeu a pedido feito pela Polícia Federal (PF). A prisão preventiva do banqueiro e de mais três pessoas envolvidas no caso foi a primeira decisão do ministro no caso, após ele ter assumido a relatoria em substituição a Dias Toffoli.

Toffoli já havia determinado a prisão do banqueiro, ainda em novembro, mas pouco depois substituiu a medida pelo uso de tornozeleira eletrônica.

As investigações indicam que o caso do Master pode representar a maior fraude financeira já praticada no país. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) estima, por exemplo, que os ressarcimentos a clientes prejudicados devem ultrapassar os R\$ 50 bilhões.

O processo foi parar no Supremo em novembro, após surgirem indícios de envolvimento de autoridades com foro privilegiado. Contudo, até o momento não figuram pessoas com foro no STF entre os investigados.

ESTRUTURA CRIMINOSA

Além de Vercaro, Mendonça determinou a prisão de Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro e espécie de contador informal do

ESFERA BRASIL/DIVULGAÇÃO



grupo, responsável por pagamentos e cobranças, segundo as investigações.

Era Zettel, por exemplo, que realizava os pagamentos para A Turma, um grupo estruturado e exclusivamente dedicado a monitorar e intimidar pessoas vistas como inimigas.

Com base em relatórios da PF, Mendonça descreve A Turma como: "estrutura utilizada para realizar atividades de monitoramento e coleta de informações de interesse do grupo investigado, bem como pela prática de atos de coação e intimidação de pessoas", dentre as quais concorrentes empresariais, ex-empregados e jornalistas.

Em mensagens trocadas com Luiz Philipi Machado de Moraes Mourão, identificado no celular de Vercaro como Felipe Mourão e apelidado Sicário, o banqueiro diz ao comparsa, por exemplo, ter que "moer essa vagabunda", referindo-se a uma empregada que o estaria ameaçando.

Mourão teve a prisão decretada por Mendonça, que o descreveu como "responsável pela execução de atividades voltadas à obtenção de informações sigilosas, monitoramento de pessoas e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses do grupo investigado".

Segundo as investigações, o Sicário recebia pagamentos mensais de R\$ 1 milhão.

Violência contra jornalista O ministro destacou a "dinâ-

mica violenta" do grupo dando como exemplo também mensagens trocadas entre Mourão e Vercaro sobre um jornalista que havia publicado uma notícia contrária aos interesses do banqueiro.

Na manhã de ontem, o jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, declarou ser ele o alvo das conversas citadas na decisão do ministro.

"Tinha que colocar gente seguindo esse cara. Pra pegar tudo dele", diz Vercaro, ao que Mourão responde: "Vou fazer isto."

Em outra troca de mensagens, Vercaro afirma: "Quero mandar um pau nele. Quebrar todos os dentes. Num assalto", referindo-se ao jornalista.

Em seguida, Mourão pergunta: "Pode? Vou olhar isso", e Vercaro confirma: "Sim."

"A partir de todos esses diálogos verifica-se a presença de fortes indícios de que Vercaro determinou a Mourão que fosse um assalto, ou simulasse cenário semelhante, para prejudicar violentamente o jornalista em questão e, a partir do episódio, calar a voz da imprensa que ousasse emitir opinião contrária aos seus interesses privados", escreveu o ministro André Mendonça.

Integrava também A Turma o policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva, também alvo de mandado de prisão preventiva.

Segundo as investigações, ele

